O CORREDOR ESTREITO

ESTADOS, SOCIEDADES E O DESTINO DA LIBERDADE

DARON ACEMOGLU
JAMES A. ROBINSON

intrínseca

O CORREDOR ESTREITO

ESTADOS, SOCIEDADES E O DESTINO DA LIBERDADE

DARON ACEMOGLU
JAMES A. ROBINSON

Tradução de Rogerio W. Galindo
e Rosiane Correia de Freitas

intrínseca

Copyright © 2019, 2020 por Daron Acemoglu e James A. Robinson

Título original
The Narrow Corridor

Preparação
Fábio Gabriel Martins

Revisão
Ana Grillo, Juliana Pitanga, Juliana Souza, Ulisses Teixeira e Victor Almeida

Revisão técnica
Bárbara Morais

Diagramação
DTPhoenix Editorial

Design de capa
Gustavo Piqueira | Casa Rex

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A157c Acemoglu, Daron, 1967-
O corredor estreito: estados, sociedades e o destino da liberdade / Daron Acemoglu, James A. Robinson; tradução Rosiane Correia de Freitas, Rogerio W. Galindo. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.
784 p.; 23 cm.

Tradução de: The narrow corridor
Inclui bibliografia e índice
encarte
ISBN 978-65-5560-537-2

1. Poder (Ciências sociais) – Aspectos políticos. 2. Liberdade. 3. Democracia. 4. Estado. 5. Descentralização na administração pública. 6. Poder executivo. I. Robinson, James A. II. Galindo, Rogerio. III. Freitas, Rosiane Correia de. IV. Título.

CDD: 320.011
22-76681 CDU: 321.01

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

[2022]

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Intrínseca Ltda.
Rua Marquês de São Vicente, 99, 6º andar
22451-041 — Gávea
Rio de Janeiro — RJ
Tel./Fax: (21) 3206-7400
www.intrinseca.com.br

1.

COMO A HISTÓRIA CHEGA AO FIM?

À beira da anarquia?

Em 1989, Francis Fukuyama previu o "fim da história" com todos os países indo ao encontro das instituições políticas e econômicas dos Estados Unidos, algo que ele chamou de "uma flagrante vitória do liberalismo político e econômico". Apenas cinco anos depois, Robert Kaplan desenhou um futuro radicalmente diferente em seu artigo "À beira da anarquia". Para ilustrar a natureza dessa caótica ausência de lei com violência, ele se sentiu compelido a começar pela África Ocidental:

> A África Ocidental está se tornando símbolo da [anarquia]. Doenças, superpopulação, criminalidade, escassez de recursos, migração de refugiados, crescente erosão dos Estados-nações e fronteiras internacionais, fortalecimento de exércitos privados, empresas de segurança e cartéis internacionais de tráfico de drogas são hoje demonstrados sob o prisma da África Ocidental. A África Ocidental oferece uma introdução adequada para os problemas, com frequência bastante desagradáveis

> de discutir, que logo vão se impor à nossa civilização. Para redesenhar o mundo político da forma como ele será em algumas décadas (...) acredito que preciso começar com a África Ocidental.

Em um artigo de 2018, "Por que a tecnologia promove a tirania", Yuval Noah Harari fez mais uma previsão sobre o futuro, argumentando que os avanços em inteligência artificial estão promovendo o crescimento de "ditaduras digitais", onde o governo será capaz de monitorar, controlar ou até ditar a forma como interagimos, nos comunicamos e pensamos.

Então a história ainda pode acabar, só que de maneira bem distinta daquela imaginada por Fukuyama. Mas como? O que triunfará: a visão de Fukuyama, a anarquia ou a ditadura digital? O controle crescente do Estado chinês talvez sugira que estamos a caminho de uma ditadura digital, enquanto a história recente do Oriente Médio e da África nos mostra que um futuro de anarquia não é tão impensável.

Mas precisamos pensar sobre tudo isso de forma sistemática. Como Kaplan sugere, vamos começar com a África.

O Estado do artigo 15

Se você seguir para o leste ao longo da costa da África Ocidental, o golfo da Guiné de repente vira para o sul e segue para a África Central. Navegando pela Guiné Equatorial, pelo Gabão e por Pointe-Noire, no Congo-Brazzaville, você chega à foz do rio Congo, ponto de entrada para a República Democrática do Congo, país visto com frequência como epítome da anarquia. Os congoleses têm uma piada: houve seis constituições desde que o país conquistou sua independência da Bélgica em 1960, mas todas tinham o mesmo artigo 15. No século XIX, o primeiro-ministro francês Charles-Maurice Talleyrand disse que as constituições deviam ser "curtas e obscuras". O artigo 15 cumpre essa

função. É curto e obscuro; diz simplesmente *Débrouillez-vous* (Cada um por si).

É comum pensar em uma constituição como um documento que determina responsabilidades, deveres e direitos dos cidadãos e dos Estados. Estados devem supostamente resolver conflitos entre seus cidadãos, protegê-los e fornecer serviços públicos fundamentais — como educação, saúde e infraestrutura — que os indivíduos não são capazes de providenciar por conta própria. Uma constituição não deveria dizer *Débrouillez-vous*.

A referência ao artigo 15 é uma anedota. Não existe essa cláusula na constituição congolesa. Mas é adequada. Os congoleses têm se virado sozinhos pelo menos desde a independência, em 1960 (e antes a situação era até pior). Seu Estado falhou repetidas vezes nas competências que lhe cabiam e está ausente em vastas áreas do país. Tribunais, estradas, clínicas de saúde e escolas, em sua maioria, estão moribundas. Assassinatos, roubos, extorsões e intimidação são comuns. Durante a Grande Guerra da África, que devastou o Congo entre 1998 e 2003, a vida da maior parte dos congoleses, que já era miserável, virou um verdadeiro inferno. Possivelmente, cinco milhões de pessoas pereceram; foram assassinadas, morreram de doença ou de fome.

Mesmo em tempos de paz, o Estado congolês falhou em garantir as verdadeiras cláusulas da constituição. O artigo 16 determina:

> Todas as pessoas têm direito à vida, à integridade física e ao livre desenvolvimento de sua personalidade enquanto respeitarem a lei, a ordem pública, os direitos dos outros e a moralidade pública.

Mas boa parte da região de Kivu, no leste, ainda é controlada por grupos rebeldes e chefes militares que saqueiam, assediam e matam civis enquanto roubam a riqueza mineral do país.

E como é o verdadeiro artigo 15 da constituição congolesa? Começa assim: "As autoridades públicas são responsáveis pela eliminação da

violência sexual." No entanto, em 2010 uma autoridade das Nações Unidas descreveu o país como "a capital mundial do estupro".

Os congoleses estão por conta própria. *Débrouillez-vous*.

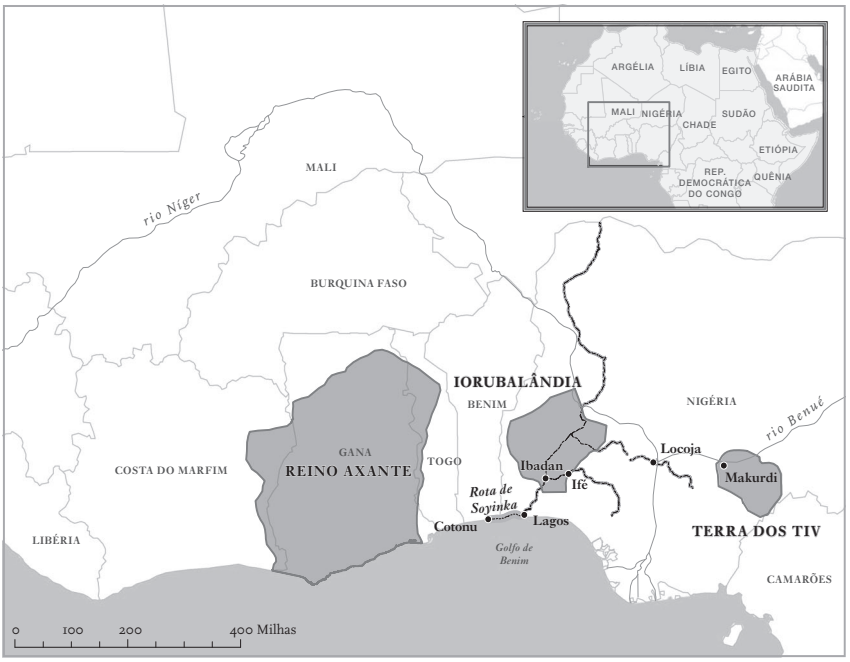
Uma jornada pela dominação

Esse adágio não é apropriado apenas para os congoleses. Se você voltar de lá pelo golfo da Guiné, chegará a um lugar que parece resumir melhor a visão sombria de Kaplan para o futuro: Lagos, a capital financeira da Nigéria. Kaplan a descreveu como uma cidade "cujas criminalidade, poluição e superlotação a tornam o clichê por excelência da disfunção urbana do Terceiro Mundo".

Conforme os escritos de Kaplan, a Nigéria estava sob o controle dos militares em 1994, com o general Sani Abacha ocupando a presidência. Abacha não considerava como trabalho seu a resolução de conflitos ou a segurança dos nigerianos. Ele concentrou suas energias em matar seus oponentes e expropriar a riqueza natural do país. As estimativas de quanto ele roubou começam por volta de 3,5 bilhões de dólares e só crescem.

Em 1993, o escritor Wole Soyinka, vencedor do prêmio Nobel, voltou a Lagos, cruzando a fronteira de Cotonu, a capital do vizinho Benin (mostrado no Mapa 1). Ele lembrou: "A chegada à fronteira entre Nigéria e Cotonu já contava a história. Cruzamos com uma fila quilométrica de veículos estacionados à beira da estrada até a fronteira, incapazes de atravessar ou relutantes em fazê-lo." As pessoas que se arriscavam do outro lado "voltavam em menos de uma hora da aventura com o veículo danificado ou de bolsos vazios, por terem sido forçados a pagar para chegar até o primeiro bloqueio na estrada".

Sem se deixar deter, Soyinka seguiu para a Nigéria a fim de encontrar alguém que o levasse à capital, apenas para ouvir: "*Oga Wole, eko o da o*" (Mestre Wole, Lagos não é bom). Para ilustrar, um motorista de táxi apontou para a cabeça enfaixada. E começou a relatar a recepção que



Mapa 1. África Ocidental: O histórico reino de Axante, Iorubalândia e Tivlândia, e a rota de Wole Soyinka de Cotonu até Lagos.

teve; uma gangue sanguinária o perseguira mesmo quando ele começou a andar de ré com o carro a toda a velocidade.

> *Oga* (...) Os arruaceiros quebraram meu para-brisa mesmo quando eu já estava em marcha a ré. Deus me salvou (...) *Eko ti daru* [Lagos está um caos].

Finalmente, Soyinka achou um táxi para levá-lo a Lagos, muito embora o relutante motorista tenha opinado: "A estrada é ruim. Muito ruim." Soyinka relatou: "E então começou a mais terrível jornada da minha existência." E continuou:

> Os bloqueios na estrada eram feitos com barris vazios de petróleo, pneus descartados e rodas, quiosques, pedaços de madeira e troncos de árvores, pedras gigantescas (...)

> Bandidos tomaram conta (...) Em alguns bloqueios havia uma taxa fixa; você pagava e podia cruzar — mas esse salvo-conduto durava apenas até a próxima barreira. Algumas vezes, a taxa era um galão ou mais de combustível retirado de nosso carro, e então você podia seguir — mas só até a próxima barreira (...) Alguns veículos haviam claramente sido atingidos por bombas, barras ou mesmo socos; outros pareciam ter chegado do set de *Jurassic Park* — podia-se jurar que havia marcas anormais de dente na lataria.

Quando ele estava mais perto de Lagos, a situação piorou.

> Normalmente a viagem até o coração de Lagos levaria duas horas. Já haviam se passado cinco horas, e tínhamos cruzado apenas cinquenta quilômetros. Comecei a ficar cada vez mais ansioso. A tensão no ar era palpável conforme nos aproximávamos de Lagos. Os bloqueios se tornaram mais frequentes; assim como os carros destruídos e, pior, cadáveres.

Avistar cadáveres não é algo incomum em Lagos. Quando um policial veterano desapareceu, a polícia vasculhou as águas embaixo de uma ponte. Pararam de procurar após encontrarem 23 cadáveres em seis horas, e nenhum deles era o que estavam buscando.

Enquanto o Exército nigeriano saqueava o país, os habitantes de Lagos tinham que se virar por conta própria. A cidade estava tomada pelo crime, e o aeroporto internacional era tão disfuncional que os países estrangeiros haviam proibido suas companhias aéreas de aterrissar lá. Gangues chamadas de "garotos locais" atacavam empresários, exigindo dinheiro ou até os assassinando. Os garotos locais não eram o único perigo que as pessoas precisavam evitar. Além dos cadáveres ocasionais, as ruas eram cobertas de lixo e ratos. Um repórter da BBC comentou em 1999 que

"a cidade estava desaparecendo embaixo de uma pilha de lixo". Não havia serviço público de eletricidade ou água encanada. Para ter luz era preciso comprar um gerador. Ou velas.

O pesadelo existencial dos moradores de Lagos não se deve apenas às ruas infestadas de ratos, ao lixo e aos corpos nas calçadas. Eles viviam sob medo constante. Viver no centro de Lagos não era divertido. Mesmo se os marginais da área decidissem poupá-lo hoje, poderiam vir atrás de você amanhã — especialmente se tivesse a audácia de reclamar do que estavam fazendo com sua cidade ou não demonstrasse a subserviência exigida. O medo, a insegurança e a incerteza podem ser tão debilitantes quanto a própria violência, porque — para usar um termo criado pelo filósofo político Philip Pettit — nos coloca sob a "dominação" de outro grupo de seres humanos.

Em seu livro *Republicanism: A Theory of Freedom and Government*, Pettit defende que um princípio fundamental de uma vida decente e plena é a não dominação — estar livre do jugo, do medo e da insegurança extrema. É inaceitável, de acordo com Pettit, quando alguém precisa

> viver à mercê de outro, vulnerável ao mal imposto por alguém em posição arbitrária de poder.

Tal dominação é vivenciada quando

> a esposa (...) se encontra em um contexto em que o marido pode bater nela quando quiser, e sem nenhuma escapatória; pelo funcionário que não ousa reclamar do empregador e que está à mercê de uma série de abusos (...) que o patrão pode impor; pelo devedor que depende da graça do agiota, ou do banco, para evitar a miséria total ou a ruína.

Pettit reconhece que a ameaça de violência ou de abusos pode ser tão ruim quanto a concretização deles. Por segurança, você pode evitar

a violência ao seguir os desejos e as ordens de outra pessoa. Mas o preço disso é fazer algo que não quer e a sujeição diária a agressões. (Como os economistas diriam, a violência pode estar "fora do ponto de equilíbrio", mas isso não significa que não afete o comportamento ou que não traga consequências quase tão ruins quanto sofrê-la.) Como Pettit vê, tais pessoas

> vivem à sombra dos outros, mesmo que ninguém erga a mão contra elas. Vivem inseguras quanto a reação do outro, obrigadas a manter os olhos sempre abertos às variações do humor alheio. Elas são (...) incapazes de olhar o outro nos olhos e podem até ser forçadas a adular, bajular ou lisonjear na tentativa de causar boa impressão.

Mas a dominação não surge apenas da brutalidade ou das ameaças de violência. Qualquer relação de poder desigual, seja imposta por ameaças ou por outros meios sociais, tais como costumes, cria uma forma de dominação porque resulta em

> sujeição a movimentos arbitrários, a vontades potencialmente caprichosas ou a julgamentos de caráter potencialmente idiossincráticos do outro.

Refinamos a noção de Locke e definimos a liberdade como a ausência de dominação, porque aquele que está dominado não pode fazer escolhas livres. Liberdade ou, nas palavras de Pettit, a não dominação significa

> emancipação de qualquer subordinação, liberação de qualquer dependência. Isso requer a capacidade de olhar nos olhos de seus cidadãos, em uma compreensão compartilhada de que ninguém tem o poder arbitrário de interferir sobre o outro.

A liberdade exige, de maneira crucial, não apenas a noção abstrata de que você é livre para escolher suas ações, mas também o potencial de exercitar essa liberdade. Esse potencial está ausente quando uma pessoa, grupo ou organização tem o poder de coagir, ameaçar ou usar o peso das relações sociais para subjugar um indivíduo. Ela não está presente quando os conflitos são resolvidos pela força ou por ameaça. Do mesmo modo, a liberdade não existe quando os conflitos são resolvidos por relações de poder desiguais impostas por costumes arraigados. Para florescer, a liberdade precisa do fim da dominação, seja qual for sua origem.

Em Lagos, não existe liberdade. Os conflitos são vencidos pelos mais fortes, pela parte mais bem armada. Há violência, roubo e assassinato. A infraestrutura está aos pedaços. A dominação está em todo lugar. A anarquia não está a caminho dali. Ela já se instaurou.

A Guerra e o Leviatã

A Lagos da década de 1990 pode parecer uma aberração para a maioria de nós, que vivemos em segurança e conforto. Mas não é. Na maior parte dos casos, insegurança e dominação são componentes da existência humana. Pela maior parte da história, os humanos viveram em sociedades "sem Estado", mesmo depois do surgimento da agricultura e do fim da vida nômade, cerca de 10 mil anos atrás. Algumas dessas sociedades se assemelham aos poucos grupos de caçadores-coletores que sobreviveram nas regiões remotas da Amazônia e da África (às vezes chamados de "sociedades em pequena escala"). Mas outras, como os pashtuns, um grupo étnico de cerca de 50 milhões de pessoas que ocupa boa parte do sul e leste do Afeganistão e nordeste do Paquistão, são bem maiores e dedicadas à agricultura e à criação de animais. Evidências antropológicas e arqueológicas mostram que muitas dessas sociedades estavam presas em uma existência ainda mais traumática do que aquela que os habitantes de Lagos sofriam diariamente na década de 1990.

A prova histórica mais reveladora vem das mortes em guerras e dos assassinatos, estimadas pelos arqueólogos a partir de esqueletos desfigurados e destruídos; alguns antropólogos observaram isso direto da fonte, em comunidades sobrevivendo sem Estado. Em 1978, a antropóloga Carol Ember documentou sistematicamente que havia taxas bastante altas de guerra nas sociedades de caçadores-coletores — um choque para a imagem que a profissão dela fazia dos "bons selvagens". Ember descobriu que guerras eram frequentes em dois terços das sociedades que estudou, com pelo menos uma batalha a cada dois anos. Apenas 10% das sociedades analisadas não mantinham guerras. Steven Pinker, a partir das pesquisas de Lawrence Keeley, compilou evidências de 27 sociedades sem Estado estudadas por antropólogos nos últimos duzentos anos e estimou o índice de mortalidade causado pela violência em mais de quinhentas pessoas a cada 100 mil — mais de cem vezes maior que a taxa atual de homicídios nos Estados Unidos, que é de cinco a cada 100 mil, ou mil vezes maior que o índice da Noruega, que é de 0,5 a cada 100 mil habitantes. Indícios arqueológicos de sociedades pré-modernas são compatíveis com esse nível de violência.

Devemos fazer uma pausa para considerar o significado desses números. Com um índice de mortalidade de mais de quinhentos a cada 100 mil habitantes, ou 0,5%, um habitante típico dessa sociedade tem cerca de 25% de chance de ser morto no período de cinquenta anos — isto é, um quarto das pessoas que ele conhece serão mortas violentamente no decorrer da vida. É difícil imaginar a instabilidade e o medo que uma violência social tão aguda implica.

Embora grande parte dessas mortes e dessa carnificina resulte da luta entre tribos rivais, não eram apenas a guerra e os conflitos entre eles que causavam a violência incessante. Os gebusis da Nova Guiné, por exemplo, têm um índice de assassinato ainda maior — quase setecentos a cada 100 mil pessoas no período pré-contato, entre 1940 e 1950 —, dos quais a maior parte ocorria em períodos regulares de paz (se é que pode ser chamado de pacífico um período no qual praticamente

um em cada cem habitantes é assassinado!). A razão parece estar relacionada à crença de que toda morte é causada por bruxaria, assim todo óbito instiga uma caça aos responsáveis, mesmo no caso de mortes não violentas.

Não é apenas o assassinato que torna precária a vida das sociedades sem Estado. Nelas, a expectativa de vida é muito baixa, variando entre 21 e 37 anos. Da mesma forma, a vida curta e as mortes violentas não eram incomuns para nossos antepassados até duzentos anos atrás. Portanto, muitos de nossos ancestrais, assim como os habitantes de Lagos, viveram no que o famoso filósofo político Thomas Hobbes descreveu em seu livro *Leviatã* como

> um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta.

Foi isso que Hobbes, escrevendo durante outro período caótico — a Guerra Civil Inglesa da década de 1640 — descreveu como uma condição de "Guerra", ou aquilo que Kaplan chamaria de "anarquia" — a situação de guerra contra todos, "de todo mundo contra todo mundo".

A descrição brilhante que Hobbes faz de Guerra tornou evidente por que a vida sob essa condição seria mais do que sombria. Hobbes começou com algumas premissas básicas sobre a natureza humana e argumentou que conflitos seriam endêmicos em qualquer interação entre os homens. "Se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles se tornam inimigos; e (...) esforçam-se a destruir ou a subjugar um ao outro." A felicidade é impossível num mundo em que não há uma forma de resolver esses conflitos, pois

> disto segue que, quando um invasor nada mais tem a recear do que o poder de um único outro homem, se alguém planta, semeia, constrói ou possui um lugar conveniente, é provavelmente de esperar que outros venham preparados com forças

> conjugadas para desapossá-lo e privá-lo não apenas do fruto de seu trabalho, mas também de sua vida e de sua liberdade.

De maneira notável, Hobbes antecipou o argumento de Pettit sobre dominação, apontando que a ameaça de violência já pode ser perniciosa, ainda que você possa evitar a violência em si ao ficar em casa depois de escurecer, ao restringir seus movimentos e suas interações. A Guerra, de acordo com Hobbes, "não consistia na luta real; mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário". Então a perspectiva de Guerra também tinha grandes consequências para a vida das pessoas. Por exemplo, "quando empreende uma viagem, se arma e procura ir bem acompanhado; quando vai dormir, fecha as portas; mesmo quando está em casa, tranca seus cofres". Tudo isso era familiar para Wole Soyinka, que, por proteção, nunca ia a lugar algum em Lagos sem sua pistola Glock presa ao corpo.

Hobbes também reconhecia que humanos desejam alguns confortos básicos e oportunidades econômicas. Ele escreveu: "As paixões que fazem o homem tender à paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável e a esperança de consegui-las através do trabalho." Mas essas não vêm naturalmente no Estado da Guerra. Na verdade, os incentivos econômicos seriam destruídos.

> Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; consequentemente não há cultivo da terra nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra.

Naturalmente, as pessoas procurariam fugir da anarquia, uma maneira de impor "controle sobre si mesmas" e conseguir "sair daquela mísera condição de Guerra, que é a consequência necessária (...) das paixões

naturais dos homens". Hobbes já havia antecipado como isso poderia acontecer ao criar a ideia da Guerra, uma vez que observou que ela surge quando "homens vivem sem um poder comum capaz de manter todos reverentes". Hobbes apelidou esse poder comum de "grande LEVIATÃ a que se chama de ESTADO ou CIDADE", três palavras que ele usava como sinônimos. A solução para a Guerra, portanto, era criar um tipo de autoridade centralizada que congoleses, nigerianos ou membros das sociedades anárquicas sem Estado não possuem. Hobbes usou a imagem do Leviatã, o grande monstro marinho descrito no *Livro de Jó*, na Bíblia, para destacar que esse Estado precisa ser poderoso. O frontispício desse livro, reproduzido no caderno de fotos, mostra uma gravura de Leviatã com uma citação do livro de Jó (Jó 41:33):

> Não há poder na Terra comparável ao dele.

Entendido.

Hobbes compreendeu que o todo-poderoso Leviatã seria temido. Mas é melhor temer um Leviatã poderoso do que ter medo de todo mundo. O Leviatã pararia a guerra de todos contra todos, impediria as pessoas de "se destruírem, ou subjugarem umas às outras", eliminaria o lixo e os marginais da área e faria a eletricidade chegar a todos.

Parece excelente, mas como surge um Leviatã? Hobbes propôs duas rotas. A primeira ele denominou "Estado por Instituição (...) quando uma multidão de homens concorda e pactua entre si" para criar tal Estado e delegar o poder e a autoridade a ele; ou , segundo a explicação de Hobbes, "submetendo assim suas vontades à vontade do representante, e suas decisões à sua decisão". Assim, uma espécie de grande contrato social ("pacto") levaria à criação do Leviatã. A segunda rota ele chamou de "Estado por Aquisição", na qual ele é "adquirido pela força", uma vez que Hobbes reconhecia que no Estado da Guerra poderia existir alguém que "sujeita (...) seus inimigos às suas vontades". O mais importante era que "os direitos e as consequências da Soberania são os mesmos em

ambos". Para Hobbes, não importava como a sociedade chegaria ao Leviatã, uma vez que as consequências seriam as mesmas — o fim da Guerra.

Essa conclusão pode soar surpreendente, mas a lógica de Hobbes é revelada por sua discussão das três formas de governar um Estado: pela monarquia, aristocracia ou democracia. Apesar de parecerem instituições de decisão bastante diferentes, Hobbes defendia que "a distinção entre essas três espécies de governo não está na diferença de poder, mas em uma diferença de conveniência". Pesando os prós e os contras, uma monarquia provavelmente seria mais conveniente e tinha vantagens práticas, mas o principal ponto era que um Leviatã, independentemente do tipo de governo, faria o que lhe é próprio: parar a Guerra, abolir o "constante temor e perigo de morte e violência", e garantir que a vida dos homens (e, se tudo desse certo, das mulheres também) não fosse mais "solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta". Em essência, Hobbes sustentava que qualquer Estado teria como objetivo a "preservação da paz e da justiça", e que isso era "a finalidade da qual todos os Estados são instituídos". Assim, o poder — ou melhor, um poder grande o suficiente — legitima, seja lá como tenha surgido.

É impossível exagerar a influência da obra-prima de Hobbes na ciência social moderna. Ao teorizar sobre Estados e constituições, seguimos Hobbes e começamos pensando quais problemas eles resolvem, como eles limitam o comportamento e como realocam o poder na sociedade. Procuramos pistas sobre como a sociedade funciona não nas leis de Deus, mas nas motivações humanas básicas e em como podemos moldá-las. Mas ainda mais profunda é sua influência na visão que hoje temos dos Estados. Nós os respeitamos e a seus representantes, sejam monarquias, aristocracias ou democracias. Mesmo depois de um golpe militar ou de uma guerra civil, representantes do novo governo, viajando em aviões oficiais, ocupam seus assentos nas Nações Unidas, e a comunidade internacional espera que garantam o cumprimento das leis, resolvam conflitos e protejam seus cidadãos. Isso confere a eles respeito oficial. Exatamente como Hobbes previu, sejam quais forem suas origens ou o

caminho que os levou ao poder, governantes são o epítome do Leviatã e têm legitimidade.

Hobbes estava certo ao dizer que evitar a Guerra é uma prioridade fundamental. Também estava correto em antecipar que, uma vez formados os Estados e iniciado o monopólio dos meios de violência e da imposição de leis, as mortes diminuiriam. O Leviatã controlava a Guerra de "todos contra todos". Nos Estados da Europa Ocidental e Setentrional, os índices de assassinatos hoje são apenas de um para 100 mil habitantes ou menos; os serviços públicos são qualificados, eficientes e suficientes; e as pessoas chegaram mais perto da liberdade do que em qualquer período da história humana.

Mas há muitas coisas que Hobbes não entendeu corretamente. Uma delas é que, no fim das contas, as sociedades sem Estado são também capazes de controlar a violência e impor limite aos conflitos, apesar de isso não resultar em muita liberdade, conforme veremos. Ele também foi otimista demais quanto à liberdade que os Estados trariam. De fato, Hobbes estava errado em um ponto importante (e a comunidade internacional também está, devemos acrescentar): o poder legitima, mas isso não o torna justo e certamente não garante a liberdade. A vida sob o jugo do Estado também pode ser sórdida, brutal e breve.

Vamos começar com este último item.

Choque e espanto

As coisas também não são tão simples. O Estado nigeriano não quis prevenir a anarquia em Lagos? Ou o Estado na República Democrática do Congo decidiu que seria melhor não impor leis e deixar que os rebeldes matassem as pessoas? Não, eles não tinham a capacidade de fazê-lo. A capacidade estatal é sua habilidade de atingir seus objetivos. Entre esses objetivos frequentemente estão a imposição de leis, a resolução de conflitos, a regulação e a taxação de atividades econômicas, e o fornecimento de infraestrutura ou de outros serviços públicos.

Entre esses objetivos também pode estar a guerra. A capacidade estatal se vincula parcialmente à forma com que as instituições do Estado são organizadas, mas depende de modo mais determinante de sua burocracia. É preciso ter burocratas e funcionários do Estado presentes com meios e motivações para cumprir sua missão. A primeira pessoa a descrever essa visão foi o sociólogo alemão Max Weber, inspirado pela burocracia prussiana, que formou a espinha dorsal do Estado alemão nos séculos XIX e XX.

* * *

Em 1938, a burocracia alemã tinha um problema. O partido que estava no governo, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazista), havia decidido expulsar todos os judeus da Áustria, anexada havia pouco. Mas um gargalo burocrático logo apareceu. As coisas precisavam ser feitas de maneira adequada, por isso cada judeu tinha que juntar vários papéis e documentos para poder partir. Isso consumia muito tempo. O homem que ocupava a mesa IV-4 na SS (Schutzstaffel, uma organização nazista paramilitar), Adolf Eichmann, foi incumbido disso. Eichmann apresentou uma ideia que hoje em dia o Banco Mundial chamaria de "balcão único". Ele desenvolveu uma linha de produção que integrava todos os escritórios envolvidos — o Ministério de Finanças, o pessoal do imposto de renda, a polícia e os líderes judeus. Também enviou funcionários judeus ao exterior com a missão de pedir recursos a organizações judaicas para viabilizar a compra dos vistos de emigração necessários. Como Hannah Arendt descreve em seu livro *Eichmann em Jerusalém*:

> Em uma das pontas, você coloca um judeu que ainda tem alguma propriedade — uma fábrica, uma loja ou uma conta bancária —, e ele percorre o prédio, indo de escritório em escritório, e sai do outro lado sem nenhum dinheiro, sem

> direitos, apenas com um passaporte no qual está escrito: "Você deve deixar o país em quinze dias. Do contrário, irá para um campo de concentração."

Como consequência do balcão único, 45 mil judeus deixaram a Áustria em oito meses. Eichmann foi promovido a *Obersturmbannführer* (tenente-coronel) e se tornou o coordenador de transporte da Solução Final, o que envolvia resolver muitos gargalos burocráticos semelhantes para facilitar o assassinato em massa.

Eis aí um Estado poderoso e capaz em ação, um Leviatã burocrático. Mas ele não estava usando sua capacidade para resolver conflitos ou impedir a Guerra, mas sim para assediar, desapropriar e assassinar judeus. O Terceiro Reich alemão, usando a tradição da burocracia prussiana e seu exército profissional, certamente se enquadra na definição de Leviatã feita por Hobbes. Assim como Hobbes queria, os alemães — pelo menos uma boa parcela — realmente "submeteram seus Desejos todos aos Desejos dele, todos os seus Julgamentos ao Julgamento dele". De fato, o filósofo alemão Martin Heidegger disse a estudantes: "O Führer por si mesmo é o presente e o futuro da realidade alemã e sua lei." O Estado alemão também inspirava o respeito da população, não apenas entre os apoiadores de Hitler. Poucos queriam enfrentá-lo ou desrespeitar suas leis.

O respeito se transformou em medo, com as SA (*Sturmabteilung*, paramilitares de uniforme marrom), as SS e a Gestapo patrulhando as ruas. Os alemães passavam as noites suando frio, esperando pelas batidas em suas portas e as botas que os levariam de suas salas de estar para o interrogatório em algum porão, ou pela convocação ao front ocidental para enfrentar a morte certa. O Leviatã alemão era mais temido que a anarquia na Nigéria ou no Congo. E com razão. Ele aprisionou, torturou e matou milhares de alemães — social-democratas, comunistas, oponentes políticos, homossexuais e testemunhas de Jeová. Assassinou 6 milhões de judeus, muitos dos quais eram cidadãos alemães, e 200 mil ciganos;

de acordo com algumas estimativas, o número de eslavos assassinados na Polônia e na Rússia passou de 10 milhões.

O que os alemães e os cidadãos de territórios ocupados pela Alemanha sofreram sob Hitler não foi o conceito de Guerra de Hobbes. Foi a guerra do Estado contra seus cidadãos. Foi dominação e assassinato. Não era o que Hobbes esperava de seu Leviatã.

Reeducação pelo trabalho

O medo do Estado todo-poderoso não se restringe a exceções abomináveis como as do Estado nazista. É muito mais comum que isso. Nos anos 1950, a China ainda era a queridinha de muitos europeus da esquerda, o pensamento maoista era obrigatório nos cafés franceses e o *Livro vermelho* do presidente Mao era um item indispensável em livrarias da moda. Afinal de contas, o Partido Comunista Chinês havia acabado com o jugo colonialista do Japão e do imperialismo ocidental, e estava ocupado construindo a partir das cinzas um Estado capaz e uma sociedade socialista.

Em 11 de novembro de 1959, o secretário do Partido Comunista em Cantão, Zhang Fuhong, foi atacado. Um homem chamado Ma Longshan liderou o ataque e começou a chutá-lo. Outros o golpearam com socos e chutes. Seu cabelo foi arrancado aos tufos, e seu uniforme, transformado em retalhos. Após ser espancado, Zhang Fuhong mal conseguia andar. Em 15 de novembro, depois de outros ataques semelhantes, ele conseguia apenas ficar deitado no chão enquanto era chutado, socado e o resto do seu cabelo era arrancado. Quando finalmente foi levado para casa, havia perdido o controle de suas funções corporais e não podia mais beber ou comer. No dia seguinte, foi atacado mais uma vez e, quando pediu por água, teve o pedido negado. No dia 19 de novembro, morreu.

Essa descrição angustiante foi escrita por Yang Jisheng em seu livro *Tombstone*. Ele lembra como, no começo daquele ano, havia sido chamado para voltar do internato para casa, porque seu pai estava passando fome. Ao chegar em casa, em Wanli, notou que

Após o sucesso de Por que as nações fracassam, best-seller do The New York Times, os renomados economistas Daron Acemoglu e James A. Robinson fazem um levantamento das formas que a relação entre sociedade e Estado podem tomar a partir de uma base elementar: a liberdade — ou a ausência dela.

No centro de sua teoria, explicam que a liberdade só é mantida por meio de um embate constante entre a população e quem a governa. Se um Estado forte é necessário para conter a violência, impor a ordem, fomentar a prosperidade econômica e oferecer meios para que a população possa seguir os caminhos que escolher, é igualmente importante uma sociedade forte e mobilizada para controlar e limitar os excessos do poder estatal.

A liberdade é rara: no jogo de poder que a estabelece, a vontade individual encontra seu limite no outro, e os dois lados precisam ter forças equivalentes para que floresça. Há, porém, exemplos na história em que a tensão dá espaço ao diálogo, e o que antes era um campo de batalha se torna um corredor estreito que tanto a sociedade quanto o Estado podem trilhar em sua cooperação para pavimentá-lo.

Em tempos de incertezas e instabilidade — em que o corredor estreito da liberdade corre o risco de se tornar um atalho para a ruína —, a genialidade de Acemoglu e Robinson constrói neste livro os caminhos pelos quais sociedade e Estado podem colaborar para o desenvolvimento mútuo.

SAIBA MAIS:

www.intrinseca.com.br/livro/1165